

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de 01 a 13.

Agressões denunciadas

Os profissionais de saúde e de estabelecimentos públicos de ensino estão obrigados a notificar as secretarias municipais ou estaduais de Saúde sobre qualquer caso de violência doméstica ou sexual que atenderem ou identificarem. A obrigatoriedade, que entrou em vigor ontem, consta da Portaria nº 104 do Ministério da Saúde, publicada no Diário Oficial da União - texto legal com o qual o ministério amplia a relação de doenças e agravos de notificação obrigatória. Atualizada pela última vez em setembro do ano passado, a Lista de Notificação Compulsória (LNC) é composta por doenças, agravos e eventos selecionados de acordo com critérios de magnitude, potencial de disseminação, transcendência, vulnerabilidade, disponibilidade de medidas de controle e compromissos internacionais com programas de erradicação, entre outros fatores.

Com a inclusão dos casos de violência doméstica, sexual e outras formas de violência, a relação passa a contar com 45 itens. Embora não trate especificamente da violência contra as mulheres, o texto automaticamente remete a casos de estupro e agressão física, dos quais elas são as maiores vítimas. A Lei 10.778, de 2003, no entanto, já estabelecia a obrigatoriedade de notificação de casos de violência contra mulheres atendidas em serviços de saúde públicos ou privados.

Responsável pelas delegacias da Mulher de todo o estado de São Paulo, a delegada Márcia Salgado acredita que a notificação obrigatória dos casos de violência, principalmente sexual, vai possibilitar o acesso das autoridades responsáveis por ações de combate à violência contra a mulher a números mais realistas do problema. De acordo com ela, os casos de agressão contra a mulher não tinham que ser obrigatoriamente notificados à autoridade policial.

"A lei determina que cabe à vítima ou ao seu representante legal tomar a iniciativa de comunicar a polícia. No momento em que isso passa a ser de notificação compulsória e a equipe médica tem que informar a autoridade de Saúde, fica mais fácil termos um número mais próximo da realidade", disse a delegada, destacando a importância de que a privacidade das vítimas de violência, principalmente sexual, seja preservada.

O Norte, 27 de janeiro de 2011

1. Considerando o texto, marque como certas (C) ou erradas (E) as afirmações abaixo.

- () A Portaria nº 104 do Ministério da Saúde constitui uma novidade, pois, pela primeira vez, o Ministério da Saúde relaciona as doenças e agravos que são de notificação compulsória.
- () Considerando a publicação da Portaria nº 104 do Ministério da Saúde, a última vez em que a Lista de Notificação Compulsória foi atualizada aconteceu em setembro de 2010.
- () Está evidente na notícia que, embora os profissionais de saúde sejam obrigados a notificar os casos de violência às secretarias municipais e estaduais de saúde, essa notificação só poderá ser realizada com consentimento dos pacientes.

A sequência CORRETA é:

- A. E, C, E
- B. E, E, C
- C. E, E, E
- D. C, E, E
- E. C, C, E

2. Sobre o texto, atente para as afirmações abaixo.

- I. A inclusão explícita da violência contra a mulher na lista de notificações obrigatórias pode ser considerada um avanço, pois possibilita que as autoridades policiais possam agir, com maior rapidez, especificamente no combate a esse problema.
- II. A violência contra a mulher não está explicitamente relacionada na Lista de Notificação Compulsória da Portaria nº 104 do Ministério da Saúde, mas como ela é a maior vítima desse problema, com toda certeza, ela é beneficiada com a publicação desse texto legal.
- III. De acordo com a Portaria nº 104, as instituições educacionais públicas e privadas têm a incumbência de informar os casos de abuso sexual contra as suas alunas para as secretarias de saúde municipais ou estaduais.

Está(ão) verdadeira(s):

- A. Apenas a afirmação I.
- B. Apenas a afirmação II.
- C. As afirmações I e II.
- D. As afirmações II e III.
- E. Todas as afirmações.

3. Os critérios para a inclusão de doenças, agravos e eventos na Lista de Notificação Compulsória (LNC) são magnitude, potencial de disseminação, transcendência, vulnerabilidade, disponibilidade de medidas de controle e compromissos internacionais com programas de erradicação.

O critério **potencial de disseminação** se refere:

- A. Ao grau de transmissibilidade das doenças, que se propagam colocando em risco outras pessoas.
- B. Aos acordos internacionais que o Brasil vem firmando com alguns países, no sentido de empreender esforços conjuntos para controle, eliminação ou erradicação de algumas doenças.
- C. À frequência com que determinadas doenças têm atingido grandes contingentes populacionais.
- D. Aos altos índices de mortalidade que têm como causa uma determinada doença.
- E. Ao fato de as pessoas pobres serem mais vulneráveis às diversas fontes de infecção.

4. Segundo as ideias do texto, analise os itens abaixo:

- I. Desde setembro do ano passado, o Ministério da Saúde incluiu a violência doméstica e a sexual na lista de agravos de notificação obrigatória.
- II. A delegada Márcia Salgado destaca que as autoridades públicas tratam com descaso a privacidade sexual das mulheres violentadas dentro de sua própria casa.
- III. O fato de a lei exigir a obrigatoriedade de somente os profissionais de saúde denunciarem os casos de violência se justifica pela facilidade que esses profissionais têm de detectar essas situações nos atendimentos médicos.

Está(ão) falso(s):

- A. Os itens I, II e III.
- B. Apenas os itens I e II.
- C. Apenas os itens I e III.
- D. Apenas o item II.
- E. Apenas o item I.

5. Sobre as informações presentes no texto, julgue as seguintes assertivas.

- I. Com a publicação da Portaria nº 104 do Ministério da Saúde, o número de casos de violência doméstica, sexual e outras formas de violência passam a ser 45.
- II. A obrigatoriedade de notificar os casos de violência contra a mulher, estabelecida pela Portaria nº 104 do Ministério da Saúde restringe-se à vítima ou ao seu representante legal, que devem tomar a iniciativa de comunicar a agressão física à polícia.
- III. É possível inferir que a delegada Márcia Salgado está otimista com relação à obrigatoriedade da notificação dos casos de violência, uma vez que possibilitará o acesso a dados mais concretos sobre esse problema por parte das autoridades que combatem a violência contra a mulher.

Está(ão) CORRETA (s):

- A. Apenas I
- B. Apenas II
- C. Apenas III.
- D. Apenas I e II
- E. I, II e III

6. Leia atentamente os seguintes fragmentos do texto:

- I. “A Lei 10.778, de 2003, no entanto, já estabelecia a obrigatoriedade de notificação de casos de violência contra mulheres atendidas em serviços de saúde públicos ou privados.” (segundo parágrafo)
- II. “De acordo com ela, os casos de agressão contra a mulher não tinham que ser obrigatoriamente notificados à autoridade policial.” (terceiro parágrafo)

Assinale a opção CORRETA.

- A. O texto II complementa a afirmação do texto I.
- B. No texto I, está claro que, em qualquer serviço público ou privado, já era obrigatório notificar os casos de violência contra a mulher.
- C. A afirmação do texto II está em contradição com a informação do texto I.
- D. O texto I confirma a afirmação do texto II.
- E. A informante do texto II parece ter pleno conhecimento da Lei 10.778, de 2003, mais especificamente no que diz respeito à obrigatoriedade de notificação de casos de casos de violência contra a mulher.

7. Assinale a opção INCORRETA a respeito do processo de coesão presente no texto.

- A. “Texto legal com o **qual** o ministério...” A utilização do pronome **qual**, considerando a palavra que o antecede, traz consigo o número e o gênero do termo que está substituindo/sendo retomado. (1º parágrafo)
- B. “**texto legal**” substitui o termo “**Portaria nº 104 do Ministério de Saúde**” sem deixar de manter relação no campo semântico. (1º parágrafo)
- C. “No momento em que **isso** passa ...” o pronome “**isso**” é um mecanismo de coesão por substituição que consiste em encurtar a sentença.(último parágrafo)
- D. “De acordo com **ela** ...” O pronome pessoal “**ela**” funciona como conectivo de sequenciação do parágrafo, embora os pronomes pessoais sejam considerados indefinidos. (3º parágrafo)

E. "...a delegada Márcia salgado acredita **que** a notificação... ", a conjunção "**que**" introduz uma oração. (3º parágrafo)

8. "**De acordo com** ela, os casos de agressão contra a mulher não tinham que ser obrigatoriamente notificados à autoridade policial".

Assinale a opção que APRESENTA o sentido da expressão destacada acima.

- A. Introdução.
- B. Conformidade.
- C. Esclarecimento.
- D. Continuação.
- E. Consequência.

9. Observe atentamente as palavras retiradas do texto.

magnitude - vulnerabilidade - disseminação - obrigatoriamente

Assinale a opção CORRETA.

- A. As palavras **magnitude** e **vulnerabilidade** são formadas por um prefixo ou mais acrescentados à palavra primitiva.
- B. Nas palavras **magnitude, vulnerabilidade e obrigatoriamente** ocorre derivação sufixal, uma vez que um sufixo foi acrescentado à forma primitiva de cada uma dessas palavras.
- C. Em **magnitude** e **disseminação** a derivação sufixal existe porque um prefixo e um sufixo foram acrescentados à palavra primitiva de forma independente, ou seja, sem a presença de um dos afixos a palavra continua tendo significado.
- D. Em **obrigatoriamente** foi acrescentado um prefixo e um sufixo à palavra primitiva de forma dependente, ou seja, os dois afixos não podem se separar, devem ser usados ao mesmo tempo.
- E. No processo de derivação da palavra **disseminação** ocorre uma mudança de classe, ou seja, essa palavra comumente é usada como pertencente a uma classe, mas faz parte de outra.

10. "A Lei 10.778, de 2003, **no entanto**, já estabelecia a obrigatoriedade de notificação de casos de violência contra mulheres atendidas em serviços de saúde públicos ou privados".

Assinale a opção em que a substituição da expressão "**no entanto**" altera a relação de sentido do trecho:

- A. Enquanto
- B. Contudo
- C. Todavia

- D. Porém
- E. Entretanto

11. Embora não **trate** especificamente da violência contra as mulheres, o texto automaticamente **remete** a casos de estupro e agressão física, dos quais elas **são** as maiores vítimas.

Os vocábulos grifados são classificados, RESPECTIVAMENTE como:

- A. Verbo transitivo direto, verbo transitivo indireto e verbo intransitivo.
- B. Verbo transitivo indireto, verbo transitivo direto e verbo de ligação.
- C. Verbo intransitivo, verbo transitivo direto e verbo de ligação.
- D. Verbo transitivo indireto, verbo transitivo direto e verbo transitivo direto.
- E. Verbo transitivo indireto, verbo transitivo indireto e verbo de ligação.

12. "A Lista de Notificação Compulsória (LNC) é composta por doenças, agravos e eventos selecionados..."

Se mudar a oração destacada para a voz ativa sem alterar substancialmente o sentido da frase, é FALSO afirmar que:

- A. A forma verbal da voz ativa dispensa o verbo auxiliar da voz passiva.
- B. O verbo da oração na voz ativa indica que a ação é praticada pelo sujeito, ou seja, o sujeito é o agente da ação verbal.
- C. O sujeito da oração na voz ativa passa a ser doenças, agravos e eventos selecionados, levando o verbo para o plural.
- D. O agente da passiva é um termo integrante da oração que ficará presente quando a oração está na voz ativa.
- E. Na oração na voz ativa, o sujeito gramatical também é o agente da ação verbal.

13. "A lei determina que cabe à vítima ou ao **seu representante legal** tomar a iniciativa de comunicar a polícia"

As palavras destacadas são RESPECTIVAMENTE:

- A. Pronome exercendo a função de adjunto adnominal, substantivo exercendo a função de núcleo do complemento verbal e adjetivo com função de adjunto adnominal.
- B. Pronome exercendo a função de adjunto adverbial, substantivo exercendo a função de núcleo do complemento verbal e adjetivo com função de adjunto adnominal.

- C. Pronome exercendo a função de adjunto adnominal, substantivo exercendo a função de núcleo do objeto direto e adjetivo com função de adjunto adverbial.
- D. Pronome exercendo a função de adjunto adnominal, substantivo exercendo a função de núcleo do objeto indireto e adjetivo com função de adjunto adverbial.
- E. Pronome exercendo a função de adjunto adnominal, substantivo exercendo a função de núcleo do objeto direto e indireto e adjetivo com função de adjunto adnominal.

14. Em todas as opções, a regência verbal está CORRETA, EXCETO em:

- A. O escrivão visou os documentos e autenticou-os.
- B. Durante o depoimento, ele precisou o lugar do crime.
- C. Meu filho namora com uma candidata deste concurso.
- D. O visitante preferiu vinho à cerveja.
- E. Ensinei a música e a letra a eles.

15. Observe a concordância verbal dos itens abaixo.

- I. Mais de um candidato reservou lugar nesta sala.
- II. Um ou outro fará o levantamento das despesas.
- III. Minas Gerais produz muita soja no cerrado.

Está(ão) CORRETO (s):

- A. I
- B. II
- C. III
- D. II e III
- E. I, II e III

MATEMÁTICA

16. Uma função polinomial de primeiro grau é tal que $f(1) = 5$ e $f(0) = 1$. Então $f(10)$ vale:

- A. 11
- B. 16
- C. 20
- D. 31
- E. 41

17. Dentre todos os pacientes de um hospital, 25 tomam o remédio A, 35 tomam o remédio B e 3 não tomam esses remédios. Sendo assim, o número de pacientes nesse hospital é de:

- A. 60
- B. 63
- C. 50
- D. 53
- E. 47

18. Numa cidade existem três ônibus que passam sempre por um mesmo ponto, porém fazendo roteiros distintos. O primeiro ônibus faz seu roteiro em 30 minutos, o segundo em 40 minutos e o terceiro em uma hora e vinte minutos. Nessas condições, o tempo mínimo para que esses três ônibus se cruzem no mesmo ponto é de:

- A. 2 horas e meia
- B. 3 horas e 10 minutos
- C. 4 horas
- D. 5 horas e 20 minutos
- E. 2 horas e 40 minutos

19. Considere a função real abaixo:

$$f(x) = 3x + 5$$

Se g é a inversa de f , então $g(17)$ valerá:

- A. 4
- B. 3
- C. 2
- D. 1
- E. 0

20. O número binário 1101, escrito na base decimal será igual a:

- A. 11
- B. 13
- C. 15
- D. 16
- E. 17

21. Considere a soma abaixo:

$$-5 - 2 + 1 + 4 + 7 + \dots$$

Até o 100º termo, a soma será igual a:

- A. 13400
- B. 11764
- C. 13600
- D. 12230
- E. 14350

22. Uma lâmpada econômica consome 80% menos energia que uma lâmpada comum de mesma potência. Então se o gasto mensal com energia de uma lâmpada econômica for de R\$ 3,60, o gasto mensal de uma lâmpada comum de mesma potência seria, em R\$, igual a:

- A. 6,48
- B. 4,32

- C. 18,00
- D. 14,40
- E. 16,00

23. João aplica R\$ 120,00, a juros simples de 2% ao mês, na intenção de resgatar R\$ 264,00 para pagar uma dívida futura. Após quanto tempo João poderá resgatar o valor desejado?

- A. Seis anos
- B. Três anos
- C. Quatro anos
- D. Cinco anos
- E. Oito anos

24. Considere a matriz M abaixo:

$$M = \begin{pmatrix} 2 & 6 & 4 \\ -1 & 5 & 7 \\ 1 & 3 & 2 \end{pmatrix}$$

O determinante de M é igual a:

- A. 36
- B. 0
- C. 24
- D. 12
- E. 45

25. O número de anagramas da palavra MOURA é:

- A. 120
- B. 720
- C. 240
- D. 1440
- E. 360

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, NÃO é objetivo da assistência social:

- A. A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- B. O amparo às crianças e adolescentes carentes.
- C. A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- D. A garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- E. A participação da população na formulação das políticas municipais, estaduais e federais.

27. A respeito dos princípios que regem a assistência social segundo o Art. 4º da Lei Orgânica da Assistência Social, assinale a opção INCORRETA.

- A. A promoção da integração ao mercado de trabalho.
- B. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- C. Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- D. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- E. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.

28. A Lei Orgânica da Assistência Social NÃO determina como competências para os municípios:

- A. Destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social.
- B. Efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.
- C. Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.
- D. Atender às ações assistenciais de caráter de emergência.
- E. Prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado.

29. Assinale a única alternativa que apresenta uma informação INCORRETA sobre o Bolsa Família.

- A. Para fazer parte do Bolsa Família os interessados devem possuir renda familiar mensal de até R\$ 140 por pessoa e estarem cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais.
- B. A renda da família é calculada apenas a partir da soma do salário do chefe da família recebido nos últimos seis meses.
- C. As famílias que possuem renda mensal entre R\$ 70 e R\$ 140 por pessoa só ingressam no Programa se possuírem crianças ou adolescentes de até 17 anos.
- D. Já as famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa podem participar do Bolsa Família, qualquer que seja a idade dos membros da família.

E. Se a família se encaixa em uma das faixas de renda definidas pelo Bolsa Família, deve procurar o setor responsável pelo Programa no município ou o gestor municipal, munido de documentos pessoais (título de eleitor ou CPF), para se cadastrar no Cadastro Único.

30. São serviços ou programas da Assistência Social, EXCETO:

- A. Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social.
- B. ProJovem Adolescente.
- C. Programa Brasil Sorridente.
- D. Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Abuso e Exploração Sexual e suas famílias.
- E. Serviço de Proteção Social aos adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas.

31. É CORRETO afirmar que a Carteira do Idoso:

- A. É o instrumento de comprovação para que o idoso tenha acesso à gratuidade ou desconto de no mínimo 40% no valor das passagens estaduais, de acordo com o Estatuto do Idoso.
- B. Deve ser gerada apenas para os idosos acima de 60 anos de idade e que não tenham como comprovar renda individual igual ou inferior a dois salários mínimos.
- C. É emitida pelo Ministério Público do Município a partir da solicitação do idoso.
- D. Permite ao idoso ser cadastrado no Sistema Único e receber o Número de Identificação do Trabalhador (NIT).
- E. Deve ser solicitada pelo idoso, de posse do NIT, por meio dos Correios e Telégrafos.

32. É um benefício da política de assistência social, por isso não é contributivo. Está previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentado na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/93), Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), e em normativas de caráter operacional. O benefício consiste no pagamento de um salário mínimo mensal às pessoas idosas e pessoas com deficiência, cuja renda familiar por pessoa não ultrapasse o correspondente a ¼ do salário mínimo por mês. (www.mpas.gov.br)

O texto acima faz referência ao:

- A. Benefício de Atenção Integral à Família.
- B. Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social.
- C. Benefício de Erradicação do Trabalho do Idoso.
- D. Benefício de Combate e Erradicação da Pobreza.
- E. Benefício de Sistemas Coletivos de Produção.

33. O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é um conjunto de ações continuadas desenvolvidas necessariamente nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Cabe ao PAIF a prestação de serviços de acolhimento, acompanhamento, inserção em serviços socioeducativos e de convivência, desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias e encaminhamento das famílias para demais serviços socioassistenciais e de outras políticas. (<http://www.mds.gov.br>)

Assinale a opção que INDICA um dos objetivos do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

- A. Desenvolver ações que facilitem a integração e interação do jovem no mercado de trabalho.
- B. Garantir a inserção, reinserção e permanência do idoso jovem no sistema de ensino.
- C. Contribuir para o processo da autonomia e da emancipação social da família.
- D. Negligenciar a proteção integral às famílias e seus membros.
- E. Coibir o direito à convivência familiar e comunitária.

34. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é a unidade pública da assistência social, de base municipal, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à prestação de serviços e programas socioassistenciais da proteção social básica às famílias, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, de modo a potencializar a proteção social e atuando na perspectiva da intersetorialidade. (<http://www.mds.gov.br>)

Sobre o horário de atendimento do CRAS, assinale a opção INCORRETA.

- A. O CRAS deve funcionar, no mínimo, por 40 horas semanais, 5 dias por semana, 8 horas diárias.
- B. O horário de funcionamento do CRAS deve refletir as características dos serviços nele ofertado, quais sejam: possuir caráter público e continuado, preocupar-se em atender todos aqueles que deles necessitam e ampliar a possibilidade de acesso dos usuários em pelo menos dois períodos do dia.
- C. O horário pode ser flexível, permitindo que o equipamento funcione nos finais de semana e horários noturnos, desde que isso ocorra para possibilitar uma maior participação das famílias e da comunidade nos programas, serviços e projetos operacionalizados nessa unidade.
- D. O horário de funcionamento do CRAS deve ser decidido em conjunto com as famílias referenciadas, ser amplamente divulgado e manter regularidade.

- Não é recomendável, por exemplo, um novo horário de funcionamento em um curto período de tempo.
- E. O horário de funcionamento do CRAS corresponde necessariamente à jornada de trabalho da equipe de referência do CRAS. Assim, o gestor não pode contratar duas equipes de referência para cumprir as 8 horas diárias de funcionamento no CRAS.
- 35.** O município, por intermédio da secretaria de assistência social ou congênere, participa das ações de erradicação do trabalho infantil, no âmbito da política de assistência social, por meio das seguintes atividades, EXCETO:
- A. Identificação de crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho.
- B. Inserção dos dados das famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho no cadastro único dos programas sociais (cadúnico), com marcação do campo 270.
- C. Organização e manutenção obrigatórias de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes no horário contrário ao da escola.
- D. Recomendação para que seja efetuado o pagamento de salários dos profissionais do programa PETI.
- E. Acompanhamento das crianças, adolescentes e famílias e sua inserção na rede socioassistencial e de outras políticas.
- 36.** Assinale a alternativa que NÃO condiz com as situações observadas nos jovens com idade entre 15 e 17 anos, público-alvo do Projeto Agente Jovem:
- A. Que, prioritariamente, estejam matriculados e frequentando regularmente a escola.
- B. Que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.
- C. Que sejam egressos ou que estejam sob medida protetiva ou socioeducativa.
- D. Oriundos de Programas de Atendimento à Exploração Sexual Comercial de menores.
- E. 10% das vagas de cada município são necessariamente destinadas a adolescentes portadores de algum tipo de deficiência.
- 37.** NÃO representa uma diretriz do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, segundo a legislação que cria o SISAN:
- A. Promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais.
- B. Centralização das ações nas esferas de governo federal e municipal.
- C. Monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando a subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área nas diferentes esferas de governo.
- D. Conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população.
- E. Estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e à capacitação de recursos humanos.
- 38.** Assinale a opção CORRETA sobre o Sistema Único de Assistência Social (Suas):
- A. É compreendido como a conjugação da Bolsa Agente Jovem e da ação socioeducativa.
- B. Promove apenas atividades continuadas que proporcionem ao jovem, entre 15 e 17 anos, o desenvolvimento do protagonismo juvenil.
- C. Capacita o idoso para atuar como agente de transformação e desenvolvimento da tecnologia da informação.
- D. O principal programa do Suas é o PAIF.
- E. O poder público e a sociedade civil não participam do processo de gestão compartilhada.
- 39.** O Estatuto da Criança e do Adolescente define, no Art. 92, que as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional NÃO deverão adotar como princípios:
- A. Atendimento personalizado e em pequenos grupos.
- B. Desenvolvimento de atividades em regime de co-educação.
- C. Desmembramento de grupos de irmãos.
- D. Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.
- E. Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
- 40.** De acordo com Art. 94. do Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, EXCETO:
- A. Oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos.
- B. Dilapidar a identidade e dignidade do adolescente.
- C. Diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares.
- D. Comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares.
- E. Oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos.

RASCUNHO